

**A EAD E A FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS: A RELAÇÃO TEÓRICO-PROFISSIONAL EM DEBATE**

**THE DISTANCE EDUCATION AND TECHNOLOGIST FORMATION: THE THEORETICAL-PROFESSIONAL RELATIONSHIP IN DEBATE**

Recebido em: 29/06/2022

Aceito em: 16/07/2022

Tatiana Helma Wagner<sup>1</sup> 

Valdilson Aparecido Lopes<sup>2</sup> 

Gerson Luiz Buczenko<sup>3</sup> 

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a relação teórico-profissional estabelecida nos Cursos Superiores de Tecnologia, vivenciados em IES Privada. Entre os objetivos específicos destacam-se: avaliar a presença da EaD no cenário brasileiro; analisar as políticas educacionais mais recentes voltadas para a formação de Tecnólogos; apresentar propostas de relação teórico-profissional vivenciadas em Cursos Superiores de Tecnologia, diferenciais na formação dos egressos. A pergunta de pesquisa foi assentada da seguinte forma: a relação teoria e prática é um dos elementos centrais em termos de atração do público estudantil e de profissionais para Cursos Superiores de Tecnologia? A pesquisa documental e bibliográfica são os principais aportes metodológicos, combinados com a experiência profissional de Coordenação e Tutoria de Cursos Superiores de Tecnologia em IES privada. Entre os Autores trazidos ao debate destaca-se Lopes e Faria (2013), Gomes (2013), Hass, Neves e Stander (2019), entre outros. Ao final verifica-se que a presença da EaD se consolida na educação brasileira, como um instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, principalmente para as classes sociais menos favorecidas que, por sua vez, conectam sua realidade pessoal e profissional diretamente ao Curso Superior que almejam realizar.

**Palavras-chave:** Educação; EAD; Ensino Superior; Tecnologia; Profissão.

**Abstract:** The present work has as general objective to analyze the theoretical-professional relationship established in the Higher Technology Courses, experienced in Private Education. Among the specific objectives, the following stand out: to assess the presence of distance learning in the Brazilian scenario; analyze the most recent educational policies aimed at training Technologists; to present proposals of theoretical-professional relationship experienced in Higher Technology Courses, differentials in the training of graduates. The research question was set as follows: is the relationship between theory and practice one of the central elements in terms of attracting students and professionals to Higher Technology Courses? Documentary and bibliographic research are the main methodological contributions, combined with the professional experience of Coordination and Tutoring of Higher Technology Courses in private education. Among the Authors brought to the debate, Lopes and Faria (2013), Gomes (2013), Hass, Neves and Stander (2019), among others, stand out. In the end, it is verified that the presence of distance learning is consolidated in Brazilian education, as an instrument for the democratization of access to higher education, especially for the less favored social classes, which, in turn, connect their personal and professional reality directly to the Higher Education Course that they aim to achieve.

**Keyword:** Education; EAD; University education; Technology; Profession.

<sup>1</sup> Docente no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: [tatianahwagner@gmail.com](mailto:tatianahwagner@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: [valdilson.l@uninter.com](mailto:valdilson.l@uninter.com)

<sup>3</sup> Docente no Centro Universitário Internacional Uninter: [buczenko@uol.com.br](mailto:buczenko@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a relação teórico-profissional estabelecida nos Cursos Superiores de Tecnologia, vivenciados em Instituição de Ensino Superior (IES) Privada. Entre os objetivos específicos destacam-se: avaliar a presença da EaD no cenário brasileiro; analisar as políticas educacionais mais recentes voltadas para a formação de Tecnólogos; apresentar propostas de relação teórico-profissional vivenciadas em Cursos Superiores de Tecnologia, diferenciais na formação dos egressos. A pergunta de pesquisa foi assentada da seguinte forma: a relação teoria e prática é um dos elementos centrais em termos de atração do público estudantil e de profissionais para Cursos Superiores de Tecnologia?

A pesquisa documental e bibliográfica são os principais aportes metodológicos, combinados com a experiência profissional de Coordenação e Tutoria de Cursos Superiores de Tecnologia em IES privada. Entre os Autores trazidos ao debate destaca-se Lopes e Faria (2013), Gomes (2013), Hass, Neves e Stander (2019), entre outros.

Nesse cenário muito peculiar verifica-se que a Educação Superior brasileira está em grande medida, voltada para a prevalência de sua oferta por instituições privadas. Os dados educacionais segundo a Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2020) demonstram que as matrículas em instituições de ensino privadas totalizaram 6.724.002 contra 1.956.352 em instituições públicas. No mesmo cenário, o total de matrículas em Cursos Tecnólogos em instituições privadas foi de 1.268.562, contra um total de 166.635 de matrículas em instituições públicas. Em relação ao número de matrículas na Educação a Distância voltadas para o Ensino Superior os números demonstram que ocorreu também um prevalência de matrículas em instituições de privadas, ou seja, registra-se um total de 2.948.431 matrículas no EaD em instituições privadas contra um total de 157.372 matrículas no EaD em instituições públicas.

Assim, mesmo considerando o cenário pandêmico que também veio a influenciar essa realidade, verifica-se que a experiência com o ensino superior no âmbito privado e, no caso, dos Cursos Superiores de Tecnologia merece uma atenção em relação aos seus sucessos e insucessos, bem como sua experiência no trato das questões que envolvem a relação aluno professor e, em especial, a relação teoria e prática.

Salienta-se ainda que muitos Cursos Superiores de Tecnologia, quando são ofertados, somente o são por instituições de ensino superiores privadas. Dessa forma, encaminhamos a produção do texto no sentido de apresentar em seguida a presença da EaD no cenário

brasileiro, a política educacional voltada para a formação do tecnólogo e a importância da relação entre a teoria e a prática profissional, elemento fundante para se aprimorar a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia.

## **A PRESENÇA DA EAD NO CENÁRIO BRASILEIRO**

Seguindo o caminho histórico verifica-se que a origem da educação à distância (EaD) tem seu início com as epístolas de São Paulo (10-76 DC), com a finalidade de trazer ensinamentos por meio de correspondência ao povo cristão presente na Ásia, naquele tempo. Posteriormente, percebe-se em vários países a comunicação escrita como meio de informação usada no processo de aprendizagem. Na Suécia, registra-se o primeiro anúncio publicado com a nomenclatura “ensino através de correspondência”. No século XIX surge às primeiras ofertas de cursos como taquigráfica, ainda por cartas e depois, sucessivamente, a criação de novos cursos profissionalizantes, oportunizando a formação técnica e atendendo a demanda do mercado.

No Brasil, o ensino a distância começa em meados da década de 1930 por meio de correspondência através do Instituto Monitor. Entre os anos de 1930 e 1945, o Governo Getúlio Vargas adotou estratégias políticas visando elevar o Brasil para a categoria de país industrializado, com esforços centralizados na preocupação de promover uma estrutura para o ensino e condições de dar suporte ao processo de industrialização que havia se iniciado. Em 1960, a rádio educativa foi instituída abrangendo boa parte do país, com o objetivo de garantir programas educacionais e foi por meio do Projeto Minerva, com transmissão pela Rádio MEC e com apoio de material impresso, que milhares de pessoas conseguiram realizar seus estudos básicos (SARAIVA, 1996).

Com a praticidade do novo formato de educação a distância, houve a inclusão de milhões de pessoas utilizando-se de recursos do rádio e materiais impressos distribuídos por correspondências.

Logo na próxima década, a Fundação Roberto Marinho e o sistema FIESP criam o TELECURSO idealizado pelo jornalista Francisco Calazans Fernandes e posteriormente, lançam o TELECURSO 2000 com foco profissionalizante.

Com o advento das novas tecnologias e tecnologias da informação (cartas, rádio, televisão, internet, e-learning), surge a inclusão das metodologias ativas aplicadas pedagogicamente para apoiar o ensino-aprendizagem e ofertar a educação até mesmo nos

lugares mais remotos. Segundo o Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017) considera-se educação a distância

a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatível, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Atualmente, o ensino a distância vem passando por transformações significativas, assumindo um papel importante na sociedade e priorizando o investimento na capacitação de pessoas, gerando, por meio da modalidade, a informação e comunicação sem distância pelas metodologias que lhe são aplicadas. Compreende-se a educação a distância e as particularidades dessa modalidade, como uma educação inclusiva, norteada em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com espaços interativos, síncronos e assíncronos otimizando o acesso aos saberes e intensificando as competências do discente que vem a contribuir para a legítima prática profissional.

Na EaD, a autonomia do aluno remete à liberdade e independência na forma de aprendizagem. Dessa forma, o educando precisa definir quando dedicará maior tempo ao estudo, onde o fará, qual ritmo seguirá e quanto tempo será destinado a essa prática. Os meios oferecidos o apoiarão nessa tarefa, mas ela não acontecerá sem a sua participação ativa (LOPES; FARIA, 2013, p. 174).

Com as várias possibilidades advindas das tecnologias, a educação a distância possibilita um formato inovador se comparado a educação presencial e proporciona para o aluno, a autonomia para dirigir seus estudos de forma efetiva e planejada em seus ambientes virtuais. Dessa forma, garantir o acesso à educação e a democratização é uma das vantagens da educação a distância no Brasil, modalidade que permite aos discentes o estudo com Professores de renome em instituições com nível de excelência, apontados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Para Lopes e Faria (2013, p. 179),

Na EaD, disciplina e autonomia são fundamentais, pois, o discente não pode se limitar apenas a receber os conteúdos propostos pelos professores. Aliás, isso não seria EaD, porque não aconteceria ensino e tão pouco aprendizado da forma como estamos apresentando. É preciso ir além, buscando esse conhecimento com determinação, esforço e pesquisa. Em outras palavras, é necessário produzir ou construir esse conhecimento. Nesse processo, o comprometimento e o desejo de conhecimento farão com que o aluno mostre para si mesmo que é possível aprender

sem depender da figura real (presencial) do professor. Assim, pode-se dizer que a EaD é uma possibilidade de a educação acontecer na sua mais genuína essência.

Conforme os autores a essência da EaD é a mediação pedagógica do Professor/Tutor nos Ambientes Virtuais. Assim, se faz necessário que as condições sejam criadas para que a aprendizagem aconteça, pois, o vínculo traz o aluno do sonho para realidade e essa abordagem cria uma rotina nos estudos, comportamento, postura, condições que se refletem na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Outra questão em relação ao cenário da EaD no Brasil é a distância física que separa o discente da instituição, pois muitas cidades não há uma Instituição de Ensino Superior próxima, tornando impossível um estudante de baixa renda se deslocar até a faculdade, pois não basta ter um custo acessível ou um programa de bolsas. A EaD permite, por meio dos Polos de Apoio Presencial (PAP), a proximidade e a redução dos custos em trânsito e hospedagem, por exemplo, da cidade do interior até a Capital. Nesse cenário, o estudante que almeja ter uma formação de nível superior e uma formação profissional ampliada e não tem um poder aquisitivo proporcional, tem a opção da EaD por meio dos Polos de Apoio Presencial, com uma estrutura preparada para atender os discentes em âmbito local/regional.

A presença da EaD no Brasil atualmente, alcança patamares elevados de qualidade, ainda assim, estudos e pesquisas que estão por vir, avançarão no cenário da educação e na modalidade a distância. Da mesma forma, as novas gerações que adentram nas Instituições de Ensino Superior, bem como os profissionais que retomam seus estudos com a experiência já adquirida, exigem, cada vez mais, novos conhecimentos e novos formatos de abordagem, com qualidade e inovação, referendadas pelas novas tecnologias educacionais ofertadas na EaD.

O meio digital já vem apontando para uma tendência à centralidade da imagem nas comunicações, para novas formas de relacionamento interpessoal, de ampliação dos sentidos do tempo e do espaço, para outras relações de trabalho e para a conectividade ininterrupta. Precisamos, pois, refletir sobre como a educação deve lidar com isso, de modo a fazer parte integrante e agentiva desse mundo, antes que esse mundo seja coisa do passado (GOMES, 2013, p. 22).

Desta maneira, evidencia-se que grande parte da formação inicial e continuada dos profissionais já atuantes no mercado de trabalho, vem sendo realizada na modalidade a distância em todo o Brasil.

Analisando a legislação apresentada relacionada à normatização da EaD, é possível afirmar que o Brasil tem feito um grande esforço regulatório para atender às demandas da educação a distância no país, principalmente, no que se refere às pressões que o segmento privado de educação tem exercido para expandir sua

atuação ampliando quantitativamente o número de alunos (HASS; NEVES; STANDER, 2019, p. 220).

Fato que ressalta ainda mais a demanda por qualidade, inovação e conexão com o mundo do trabalho, respeitando-se as necessidades loco-regionais nos cursos que passam a ser ofertados pelas IES sejam públicas ou privadas.

## **A FORMAÇÃO DE TECNÓLOGO E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Ao analisar a política educacional brasileira, verifica-se que houve um movimento político no sentido de se regulamentar a educação profissional tecnológica por meio da Resolução CNE/CP 3, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia em 2002 (BRASIL, 2002). Na política estabelecida os cursos deveriam

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

Essa política pública ainda estabeleceu um conceito de importância vital, definindo a competência profissional como a “capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico” (BRASIL, 2002).

Em seguida, já em 2004, o Decreto nº 5.154/2004 regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 2004). Nesse sentido a política pública estabelecida à época, definiu que a educação profissional deveria seguir as premissas de

organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; centralidade do trabalho como princípio

educativo; a **indissociabilidade entre teoria e prática (Grifamos)** (BRASIL, 2004).

No mesmo momento definiu-se também que os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, deveriam se organizar em relação aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Observa-se, no entanto, a preocupação do legislador com a relação entre teoria e prática para os cursos voltados para a educação profissional, conectada ainda ao conceito de competência profissional, no qual, a relação teoria e prática estão em movimento e em sintonia, para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho a ser desenvolvido.

Ainda nessa seara de políticas públicas voltadas para a educação profissional e tecnológica, em 2020, por meio do Parecer CNE/CP 7/2020 (BRASIL 2020a) o qual foi reanalisado pelo Parecer CNE/CP 17/2020 (BRASIL 2020b), ocorreu uma análise pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional e tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido o referido Conselho refletiu sobre a estrutura da educação profissional e tecnológica no Brasil e a necessidade de, segundo o documento, implementar propostas inovadoras em educação profissional para o trabalho. Debate-se, assim, a necessidade dos itinerários formativos para a formação profissional técnica de nível médio e gerais para a educação profissional tecnológica e ainda, a delimitação por meio de áreas e eixos tecnológicos os cursos ofertados e os que serão ofertados, por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

Na reanálise apresentada no mesmo ano (2020b), defendeu-se que a oferta de cursos experimentais tivesse a inserção automática no CNCT, dada a sua relevância para o setor produtivo e a respectiva demanda por tais cursos. O parecer aborda ainda: a questão da necessidade de uma formação de Professores para a educação técnica e seus itinerários formativos; a questão do notório saber em educação profissional; as parcerias para a oferta do ensino médio e a educação profissional; a articulação entre a modalidade presencial e a EaD; a prática profissional e estágio supervisionado. Define-se ao final que

os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil)

horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB (BRASIL, 2020b).

Em continuidade a esse processo de estabelecimento de políticas públicas educacionais, voltadas para a educação profissional e tecnológica, em 2021, no início do ano, foi lançada a Resolução CNE/CP nº 1 que vem a definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2021) e ainda, com o detalhe importante de revogar a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, e a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Assim, dentro de um entendimento governamental episódico se estabelecem novos parâmetros para se pensar a educação profissional e tecnológica no Brasil.

Nessa política pública, há uma preocupação em se definir o conceito de diretriz, reforçando-se a ideia de o mesmo abranger “princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições e redes de ensino públicas e privadas, na organização, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, presencial e a distância”. Nos princípios norteadores estabelecidos a Resolução enfatiza a

[...] VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes; VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular; IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, **garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem (Grifamos)**; X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais (BRASIL 2021).

Assim, a política pública em seu trâmite institucional e histórico vem a reafirmar a importância da relação entre teoria e prática, acrescentando ainda a prática social como um elemento norteador para se pensar a educação profissional no âmbito do ensino médio e superior. Há também definições sobre a organização e o funcionamento da educação profissional e tecnológica, estabelecendo-se um regramento para a educação profissional técnica de nível médio e a educação tecnológica de graduação e pós-graduação. O legislador ainda descreve o formato da formação continuada com uma preocupação com o aperfeiçoamento em relação às ocupações ofertadas em cursos e programas de educação

profissional e tecnológica, em todos os níveis de desenvolvimento. Na resolução última dedica-se ainda um capítulo para a educação a distância, entendida como uma forma de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que permite a atuação direta do docente e do estudante em ambientes físicos diferentes, no entanto, devidamente conectados por meio da tecnologia que vem a mediar esse processo. Reafirma-se novamente que a

[...] oferta de cursos de qualificação profissional na modalidade a distância deve observar as condições necessárias para o desenvolvimento das competências requeridas pelo respectivo perfil profissional, **resguardada a indissociabilidade entre teoria e prática (Grifamos)**. Art. 42. A oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EaD está condicionada à comprovação de efetivas condições de infraestrutura tecnológica que possibilite a interação docente, professor, tutor ou instrutor e estudante em ambiente virtual e a prática profissional na sede e no polo de EaD. § 1º **A oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve resguardar a indissociabilidade entre teoria e prática (Grifamos)**. § 2º Em polo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis, devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais. § 3º As instituições e redes de ensino que ofertem cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EaD devem comprovar, em seus ambientes virtuais de aprendizagem ou em sua plataforma tecnológica, em seus laboratórios e sua infraestrutura necessária, plenas condições de atendimento às necessidades de aprendizagem de seus estudantes, garantindo atenção especial à logística desta forma de oferta educacional, disponibilizando o acervo bibliográfico virtual ou físico (BRASIL, 2021).

Dessa forma, percebe-se a devida valorização da relação entre teoria e prática, presentes e indissociáveis na educação profissional e tecnológica, não havendo então espaço para se pensar uma educação voltada apenas para o âmbito teórico e mais, sem uma atenção para atividades de cunho prático, mesmo quando se trata da educação a distância. Corrobora-se, assim, a necessidade do conhecimento de profissionais do campo do conhecimento em estudo, elemento facilitador da relação teoria e prática e da identidade profissional, necessária não só ao jovem da educação profissional no âmbito do ensino médio, como também ao público que busca na graduação tecnológica um aprofundamento do conhecimento profissional já estabelecido.

## **RELAÇÃO TEÓRICO-PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS**

As experiências positivas vivenciadas em Cursos Superiores de Tecnologia, que se apresentam como diferenciais na formação dos egressos, estão atreladas, a uma série de fatores que irão promover, não apenas a relação teórico-prático-profissional, mas, também, o atendimento de outros imperativos, como a dificuldade dos estudantes em se orientar em um

ambiente virtual de aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia nos estudos e ainda, a gestão com os demais afazeres inerentes à atividade familiar e profissional.

Sabe-se que a relação teoria e prática sempre esteve no centro dos debates no que tange o ensino superior, principalmente para os Cursos Superiores de Tecnologia, em se tratando de ensino a distância (EaD), algumas experiências são destaque para se ter um curso de qualidade, somadas à estrutura e o investimento nos envolvidos neste processo.

Destaca-se ainda, o empenho das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas em estruturar cada curso com um Coordenador (a) e Professores (as) com experiência profissional pertinente ao segmento do curso ofertado, possibilitando que o conteúdo das disciplinas realmente venha a munir o egresso de conhecimentos essenciais para a carreira escolhida, afinal o curso é tecnológico e com foco em um determinado campo de atuação profissional, no entanto, a acessibilidade em termos de linguagem (oral e escrita) precisa estar alinhada ao processo. Nesse sentido Andrade (2003, p. 257) destaca que produzir

um material didático capaz de provocar ou garantir a necessária interatividade do processo ensino-aprendizagem (...) onde o professor passa a exercer o papel de condutor de um conjunto de atividades que procura levar à construção do conhecimento; daí a necessidade de esse material apresentar-se numa linguagem dialógica que, na ausência física do professor, possa garantir certo tom coloquial, reproduzindo mesmo, em alguns casos, uma conversa entre professor e aluno, tornando a leitura leve e motivadora.

Importante destacar que no âmbito do ensino a distância as palavras de ordem são flexibilidade e autonomia, diretamente relacionadas ao ambiente virtual de aprendizagem, no entanto, cabe destacar que não são todos os docentes e discentes que estão aptos a iniciar seus estudos, de forma confortável, neste ambiente, ressaltando a importância das atividades de suporte, com orientações de forma constante. Existe ainda a tendência de alguns professores reproduzirem no ensino a distância, práticas na modalidade presencial, condição que pode trazer embaraços para o processo educacional e dificuldades para o discente do EaD. Assim, há a necessidade de uma proposta pedagógica bem definida, alinhada ao eixo do curso e com o perfil do egresso. Chaves (2018, p.122) trata deste tema, fazendo o alerta de que o

desafio para a EaD em incorporar essas mudanças no processo de organização estruturais dos cursos oferecidos, (...). Considerando como foco a formação de professores, torna-se iminente o preparo do formador para: compreender a disseminação de novas tecnologias e, difundir práticas colaborativas a fim de superar outras, arraigadas pelo tempo na docência presencial.

Em relação ao ambiente acadêmico é recorrente a utilização de plataformas virtuais de aprendizagem (AVA), que buscam assegurar aos discentes a continuidade aos seus estudos com segurança, mesmo para os egressos advindos de cursos presenciais. Os ambientes virtuais de aprendizagem buscam se igualar aos ambientes presenciais de aprendizagem com o uso das tecnologias, permitindo confiabilidade, segurança e novas ferramentas para as atividades práticas, de discentes de diferentes regiões do país e inclusive para o público matriculado em Polos de Apoio Presencial no exterior, caso de algumas IES privadas no país.

No que se refere ao corpo docente dos Cursos Superiores de Tecnologia importa salientar que, sua composição, busca integrar o conhecimento acadêmico e o profissional, nesse sentido ocorre à reunião de Professores com experiência em docência presencial e no EaD, com avanço na formação acadêmica por meio de Especializações, Mestrados e Doutorados. Por outro lado, também estão presentes Professores com experiência profissional na área de conhecimento do curso que, por vezes, agregam um avanço no caminhar acadêmico. Assim, ocorre uma composição multidisciplinar do quadro docente do curso que busca proporcionar ao discente, uma formação acadêmica sem prejuízo para a formação profissional inerente ao curso que é ofertado.

Destaca-se também a importância da interação entre a Coordenação de curso com os Professores conteudistas e Professores/Tutores para alinhar o foco de cada disciplina incluindo a cada aula, por exemplo, um estudo de caso, um caso prático, uma experiência profissional do professor com a temática abordada, entre outros, proporcionando ao discente condição de ir além do conteúdo apresentado, ensejando que o mesmo seja capaz de colocar em prática o conhecimento adquirido.

Um elemento diferencial no ensino a distância e que merece o devido destaque é o Professor/Tutor, em razão de desempenhar a sua atividade com maior proximidade entre a Coordenação de curso, os discentes, os Professores e os demais setores da instituição. Para essa função, a experiência profissional fará total diferença no curso de tecnologia ofertado, gerando, inclusive, maior confiança dos discentes nos contatos estabelecidos por meio de mensagens, aulas virtuais interativas e momentos de esclarecimento de dúvidas.

Machado (2010, p. 30) ressalta que o Professor/Tutor deve ter

(...) disponibilidade de tempo e o necessário ensino e satisfação pelo trabalho com tecnologias. Comunicar-se adequadamente, em alto nível, sem correr os riscos de transmitir ideias e conceitos utilizando gírias ou jargões da internet é outra característica básica. Ter conhecimento de mundo, informando-se regularmente através da própria web e também da leitura de jornais, revistas, artigos científicos e livros é outro requisito.

Assim, a Tutoria promove, de forma geral, a mediação entre os discentes e os demais envolvidos e componentes do processo ensino-aprendizagem, principalmente, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nesse ambiente a Tutoria pode desenvolver ainda:

- o atendimento as demandas recebidas por mensagens na Tutoria, que incluem dúvidas de conteúdo e sobre outros assuntos, orientações para os estudos, dificuldades loco regionais, entre outras;

- aulas interativas as quais ocorrem no formato “ao vivo”, na qual, o Professor da disciplina irá tirar às dúvidas dos discentes e aprofundar os conhecimentos pertinentes à disciplina em estudo, estando o Professor/Tutor mediando o *chat*;

- aulas inaugurais, momento em que são apresentadas informações pertinentes ao curso, corpo docente, dicas de estudos, apresentação dos meios de comunicação e do Ambiente Virtual de Aprendizagem;

- contato direto com o aluno, via telefone, por videochamada utilizando a plataforma do AVA, e-mail e outras formas de comunicação, para auxílio em situações diferenciadas, pois o ensino é à distância, mas o atendimento precisa ser humanizado e atender as necessidades de cada aluno;

- elaboração de materiais de suporte aos estudos, como por exemplo, uma agenda de estudos semanais, que orienta o que estudar em cada semana, permitindo maior tranquilidade para o estudante se organizar nos conteúdos a serem estudados;

- organização dos fóruns, instante em que todos os alunos da disciplina interagem com o tema apresentado, permitindo ampliar os conhecimentos, inclusive apresentando situações próprias de cada loco regional, além da oportunidade dos estudantes contribuírem, conforme o tema, com a sua experiência em relação a um assunto posto em pauta;

- participação dos discentes, direta ou indiretamente, nos eventos acadêmicos focados nas principais tendências do curso;

- identificação de dificuldades de aprendizagem e outras, que podem ensejar o encaminhamento do discente para um serviço de apoio e acompanhamento específico da IES.

Em relação ainda à atividade prática é comum ao corpo discente, questionar sobre quando e como a mesma ocorre e, nesse sentido, o ambiente virtual de aprendizagem possibilita uma série de atividades como:

- estudo de caso;

- apresentação de experiência profissional de Professor;

- compartilhamento de vídeo que permite a observação e análise de uma situação real;
  - compartilhamento de matéria de jornal/revista apresentando casos que vão de encontro com o conteúdo estudado;
  - fóruns com a sua capacidade de envolver os estudantes em reflexões e experiências profissionais;
  - seminários que promovem o debate crítico, reflexivo e de pesquisa acadêmica;
  - pesquisa científica, alicerce de todo e qualquer processo de ensino-aprendizagem.
- Nas palavras de Chermann e Bonini (2000, p.26) no

ensino a distância o aluno é o centro do processo de aprendizagem e deve ser levado a desenvolver habilidades para o trabalho independente, para a tomada de decisões e esforço auto-responsável; o professor nada mais é que um tutor, um agente facilitador da aprendizagem. Ele, como já vimos, deve desenvolver no aluno a capacidade de selecionar informações, de refletir e decidir por si mesmo.

A relação teórico-profissional estabelecida nos Cursos Superiores de Tecnologia à distância, vivenciadas em IES públicas e privadas, torna-se uma realidade constituindo-se um diferencial na formação dos egressos. A partir da conexão entre todos os atores envolvidos, IES, Equipes Multidisciplinares, Coordenação e Professores/Tutores com experiência no eixo do curso ofertado e com habilidade para transmitir o conhecimento de forma dialógica, somando-se ainda um Ambiente Virtual de Aprendizagem, que proporcione a transmissão do conhecimento e permita a orientação para a realização da prática, a recepção desta e de seus resultados, respeitando os aspectos ímpares da questão loco regional, verifica-se que é plenamente possível à explicitação da relação entre teoria e prática no curso Ead em IES públicas e privadas, além de se proporcionar o desenvolvimento de atividades práticas em cada curso ofertado.

Castanho e Castanho (2013, p. 84) destacam que “a qualidade da formação do profissional exige muito mais de nossos alunos que apenas uma reprodução das informações que eles receberam em aula”. É fundamental que ocorra a atividade prática, aliada ainda a extensão e a pesquisa, elementos diferenciais no mundo do trabalho que está em constante evolução exigindo, a cada dia, profissionais mais qualificados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final verifica-se a presença marcante da educação a distância do cenário educacional brasileiro, principalmente no ensino superior, com uma predominância das IES

privadas, na oferta de Cursos já tradicionais, ou ainda, na condição de inovadores e experimental conectados ao mundo do trabalho em suas demandas mais atuais. Constatase também a presença de políticas educacionais que visam a regular o processo de oferta da educação a distância que em seu bojo, não descuidam da qualidade e, principalmente, da relação entre teoria, prática profissional e prática social.

Procurou-se ainda retratar os esforços que são realizados para se atender a demanda da relação teoria e prática na educação à distância, com a presença fundamental das plataformas virtuais de aprendizagem na mediação do processo de ensino e aprendizagem, destacando-se a presença de Professores/Tutores que fazem a mediação com o corpo discente por meio da tecnologia, orientando, esclarecendo, conversando, debatendo, encaminhando, avaliando e motivando de forma incansável, para que a educação a distância se materialize na prática, com o efetivo aproveitando dos estudos e o sucesso nas avaliações por parte dos Alunos.

Assim, verifica-se que a relação teoria e prática é um dos elementos centrais em termos de atração do público estudantil e de profissionais já atuantes no mercado, para Cursos Superiores de Tecnologia na atualidade, face às demandas do mundo do trabalho com novas profissões, avanços tecnológicos constantes e ainda, novos e velhos paradigmas que se somam exigindo um novo olhar, principalmente para as novas gerações.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, A. F. Construindo um ambiente de aprendizagem à distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsky. In: SILVA, M. (Org.). Educação online. São Paulo: Loyola, 2003. p.255-270.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)

Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>

Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 2020a. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=151591-pcp007-20&category\\_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=151591-pcp007-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192)

Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020b, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=166341-pcp017-20&category\\_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166341-pcp017-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192)

Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24)

Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 22 abr. 2022.

CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: Papirus, 2013.

CHAVES, J. H. V. Desafios do formador da licenciatura à distância em pedagogia na formação docente. Curitiba: [s.n.], 2018.

CHERMANN, M.; BONINI, L. M. Educação à distância: novas tecnologias em ambientes de aprendizagem pela internet. São Paulo: Universidade Braz Cubas, 2000.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Rev. Avaliação, v. 18, n. 1, p. 13-22. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/8GbQ8WCyB5qGM44ZY4MGj4J/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 01 fev. 2022.

HASS, Célia Maria; NEVES, Lidiane Moutinho; STANDER, Marcus Danilo de Paula. As políticas brasileiras para a educação superior à distância: desafios da expansão. Rev. hist.edu.latinoam, v. 21 n. 32, p.193 – 225. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v21n32/0122-7238-rhel-21-32-00193.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

LOPES, Luís Fernando; FARIA, Adriano Antônio. O que e o quem da EaD: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MACHADO, J. L. A. Tutoria em EaD: tutores ou professores? Planeta Educação, 2008. Disponível em: <https://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/vozprofessor/Tutoria-em-EAD.pdf> Acesso em: 21 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 04 fev.2022.

SARAIVA, T. A Educação à distância no Brasil: lições da história. Rev. Em aberto, v. 16, n. 70, p. 17-27, abr./jun. 1996. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2383> Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO T EIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao> Acesso em: 15 abr. 2022.